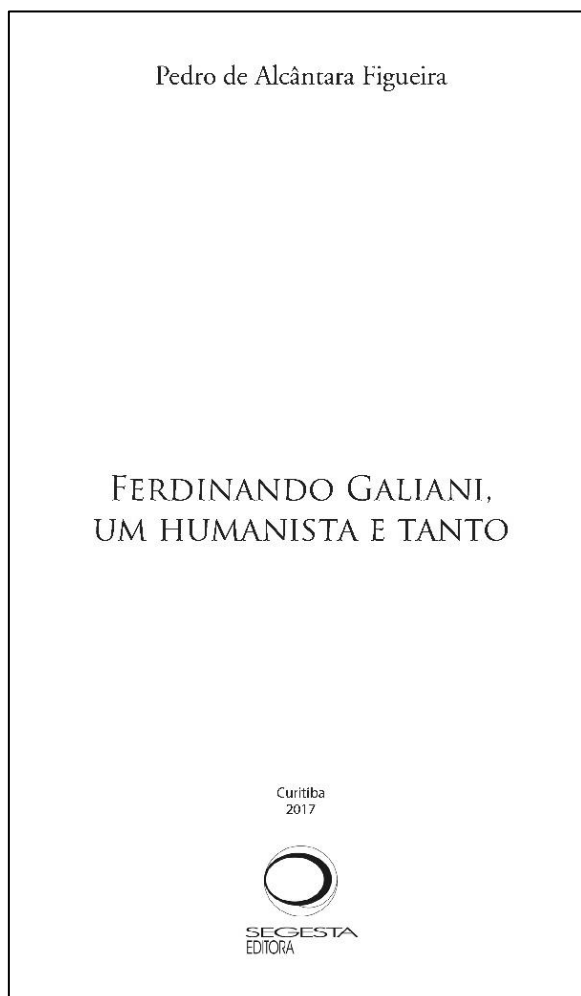


Ferdinando Galiani, Um Humanista e Tanto



*Pedro de Alcântara Figueira*¹



Curitiba, PR; Segesta, 2017. 32 p.

*Capa do Livro*²



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

<https://icgilbertoluizalves.com.br>

¹ Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. Doutor em Educação, historiador, filósofo e pesquisador do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi um dos participantes na produção de compêndios da *História Nova* [década 1960].

² Agradecemos à Segesta Editora por autorizar a reprodução do presente texto. Disponível em: <<http://www.segestaeditora.com.br/livros-acl/ferdinando-galiani.php>>. Acesso em 30/07/2021.

Pedro de Alcântara Figueira

FERDINANDO GALIANI,
UM HUMANISTA E TANTO

Curitiba
2017



SEGESTA
EDITORA

Título original: FERDINANDO GALIANI, UM HUMANISTA E TANTO

© Pedro de Alcântara Figueira

Diagramação: GISELE MARIA SKROCH



SEGESTA
EDITORA

Rua Des. Westphalen, 15, conj. 1.705
Curitiba/PR
80010-903
Tel.: (41) 3233 8783
www.segestaeditora.com.br
e-mail: segesta@uol.com.br

Parece-me que o modo mais direto de saber a razão pela qual Galiani escreveu o *Da Moeda*, em 1750, estaria em perguntar qual a importância que a moeda, ou o dinheiro, adquiriu naquele momento em que tanto se discutiu sobre a sua natureza. Galiani não foi levado a fazê-lo por razões profissionais. Ele não era economista, categoria que não existia então. Não tinha qualquer iniciação acadêmica a respeito do assunto, pois esta também não existia na época. Mesmo os fisiocratas, que foram chamados de *économistes*, nada tinham a ver com a profissão de economistas. Quesnay, por exemplo, era médico. Adam Smith foi professor universitário, mas o que ele ensinava era o que em todas as épocas ficou consagrado com o nome de filosofia. Só se cogitou em introduzir a Economia Política no ensino regular a partir do século XIX. Entre nós, se pensou em criar uma cátedra da nova ciência e o seu titular seria Cairu. Não se tratava, no entanto, ainda, de curso escolar regular. Quando foram criados os cursos de economia propriamente ditos, a Economia Política não recebeu neles um destaque significativo. A Economia Política era, e é, estudada na disciplina história do pensamento ou das ideias econômicas.

Nas universidades, o interesse pelo estudo da Economia Política quase desapareceu. É frequente procurar-se nas obras da Economia Política verdades econômicas passíveis de ser, ainda hoje, capazes de explicar os fatos correntes daquilo que, não sem certo reducionismo empobrecedor, se denomina *economia*. Frequentemente se esquece que a Economia Política é uma ciência datada historicamente, e que, portanto, as suas questões têm como fundamento os problemas vividos por parte da humanidade em certo momento da sua história. Esquece-se, também, que as questões que formaram o substrato teórico da Economia Política não são as mesmas da nossa época. A teoria do valor de Adam Smith, por exemplo, diz respeito a um mundo em que era preciso demonstrar que o modo de vida exaltado pela nobreza levava o homem a se comportar negativamente

com relação à sua própria existência. Por esta razão é que o valor dos produtos úteis e indispensáveis à sobrevivência passa a ter como medida o trabalho.¹ Não se chega a esta verdade científica por nenhuma via lógica, como querem aqueles que, como Karl Popper ou Mario Bunge, pensam ser possível construir-se um corpo teórico fazendo-se abstração das circunstâncias em que os homens agem socialmente. A Economia Política é uma ciência porque ela é forjada nos embates que põem frente à frente duas formas distintas do convívio social. Na medida mesma em que essas duas formas se encaminham para um antagonismo insolúvel, a Economia Política ganha foros de ciência por excelência de uma determinada fase histórica. Se fosse possível conceber que as dificuldades geradas no interior mesmo do processo de decadência da sociedade feudal pudessem ser encaminhados e resolvidos sem conflitos, por certo que o médico Quesnay e o professor de filosofia Adam Smith teriam se destacado, um, talvez por ter feito curas milagrosas, e o outro, por ter ministrado aulas excepcionais. Não teriam feito mais do que a sua obrigação contratual estipulava. E por isso mesmo não passariam senão de dois insignes desconhecidos.

No entanto, o que ambos fizeram não estava estipulado nos seus contratos como profissionais. Mesmo porque, ao mesmo tempo em que Quesnay tratava da saúde física do rei e de sua família, recomendava, para a saúde do reino, remédios que não seriam muito favoráveis à conservação do rei como governante.

¹ Não gostaria de enveredar aqui pela discussão que fizeram os marxistas a respeito da determinação do valor pela quantidade e pelo tempo de trabalho. Em certo momento essa discussão se converteu em verdadeira metafísica. Recorro à história como antídoto contra a metafísica. Nesse sentido, parece-me importante discutir por que razão esta época histórica, a época moderna, estabeleceu como medida de todas as coisas o trabalho. Mais do que determinação do valor, o que me parece estar em causa é uma concepção nova de uma forma de relações entre os homens, também ela nova. O que importa assinalar é que a categoria trabalho põe em movimento forças que precisam se opor vivamente ao descalabro social em que se tinham convertido a sociedade feudal e as classes que a compunham. Uma pedagogia, fundada na concepção de que a vida tinha se tornado sinônima de trabalho, tinha que ser difundida entre todos aqueles que, ainda não claramente definidos como classes, não encontravam um lugar seguro na sociedade feudal.

Este é um aspecto, aliás, pouco lembrado quando se trata da Economia Política, ou seja, que os seus princípios, quando postos em prática, fortaleciam uma parte da sociedade ao mesmo tempo que contribuía para a derrocada daquela parte, considerada, agora, por essa mesma ciência, como imprestável e contrária ao bom encaminhamento das soluções exigidas pela própria sociedade. Turgot, ao final do seu verbete publicado pela *Encyclopédie, Fondation*, nos fala do destino de todas as velhas instituições:

“Mas as corporações particulares não existem nem para si mesmas, nem por si mesmas; elas foram criadas para a sociedade, e devem deixar de existir no momento mesmo em que deixarem de ser úteis.

Para concluir, falta dizer que nenhuma obra humana é feita para a imortalidade; e como as fundações, multiplicadas como têm sido pela vaidade, absorveriam a longo prazo todos os recursos e todas as propriedades particulares, o melhor que possamos fazer, com razão, é destruí-las. Se todos os homens que já morreram tivessem tido um túmulo, teria sido necessário, para dispor de terras cultiváveis, derrubar esses monumentos estéreis e revolver as cinzas dos mortos para alimentar os vivos”.²

A Economia Política é uma ciência cujos princípios são tão mais verdadeiros quanto mais aqueles que os expressam estão, como Turgot, imbuídos do fervor e da vontade de destruir velhas instituições tornadas prejudiciais ao prosseguimento do processo civilizatório.

Os economistas políticos têm como divisa “il mondo va de se”. Os próprios economistas políticos são a demonstração de que, para andar sozinho, o mundo precisou de ser convencido e ensinado a fazê-lo. Aliás, é muito frequente pensar neste propalado automatismo

² Turgot, *Écrits Économiques*, “Fondation”, Article de l’Encyclopédie, Perspectives de l’économique, les Fondateurs, Calmann-Lévy, France, 1970.

quando se pensa nas relações de intercâmbio. A liberdade que é necessária para que o intercâmbio comercial cresça e se desenvolva foi objeto de uma longa polêmica, cujos termos nem sempre foram corteses e amigáveis. Nessa contenda, um dos participantes se posicionou claramente contra a liberdade do comércio, do trabalho e das demais forças produtivas da sociedade.³ Quantas revoluções, quantas guerras, conquistas, quantos conflitos de toda ordem foram necessários para que surgisse a “mão invisível” de Adam Smith.⁴ Na França, por exemplo, somente a mão bem visível de Robespierre, que assinou um sem número de execuções na guilhotina, e a mão igualmente visível do carrasco, que as executou, permitiram que a “mão invisível” pudesse agir com razoável liberdade. Na Inglaterra, Cromwell, manu militari, fez mais pela liberdade do comércio do que todos os comerciantes reunidos. Todos esses conflitos – é bom não esquecer que um deles durou trinta anos e o outro um século, e se chamou guerra dos cem anos – criaram o mundo que poderia dispensar a autoridade e o poder feudais, o que significava, na expressão dos economistas políticos, andar com os próprios pés. Nesta ordem de ideias, os

³ “L’édit de suppression des jurandes rompt au même instant tous les liens de l’ordre établi pour les professions de commerçants e d’artisans.

“Il laisse sans règle et sans frein une jeunesse turbulente et licencieuse qui, contenue à peine par la police publique, par la discipline intérieure des communautés et par l’autorité domestique des maîtres sur les compagnons, est capable de se porter à toutes sortes d’excès lorsqu’elle ne se verra plus surveillée d’aussi près, et qu’elle se croira indépendante.”

“Le but qu’on a proposé à Votre Majesté est d’étendre et de multiplier le commerce en le délivrant des gênes, des entraves, des prohibitions introduites, dit-on, par le régime réglementaire. Nous osons, sire, avancer à Votre Majesté la proposition diamétralement contraire; ce sont ces gênes, ces entraves, ces prohibitions qui font la gloire, sûreté, l’immensité du commerce de France.” Turgot, *Oeuvres*, II, Otto Zeller, Osnabrück, Réimpression de l’édition de 1844 [1966], p. 326 e 334.

⁴ Somente os ingênuos poderiam acreditar que, em um mundo, como o atual, totalmente dominado pelos grandes conglomerados capitalistas e grandes empresas, privadas e estatais, a *mão invisível* de Adam Smith pudesse servir de referência válida para compreender o comportamento econômico dos indivíduos. O *individualismo* e a *mão invisível* dizem respeito muito mais ao mecanismo de dissolução da sociedade feudal do que propriamente às ações dos novos agentes sociais. O individualismo é convincente como proposição de luta por que as ações coletivas – ou seja, as ações que partiam das velhas classes – eram um completo fracasso ou redundavam no oposto do que se pretendia. Daí o rasgo genial que só ocorre àqueles que, como Adam Smith, passam longos anos pesquisando a natureza das sociedades humanas.

economistas políticos bateram insistentemente na tecla de que os indivíduos sabiam cuidar melhor dos seus interesses do que as autoridades. Autoridades feudais, evidentemente. Seria errado tomar as afirmações a esse respeito, contidas na nova ciência, como verdades absolutas. Em sua luta contra os governos feudais, a Economia Política afirmou o princípio da liberdade de ação como aquilo que melhor favorecia o indivíduo e a sociedade.

É dessa luta que nasce a Economia Política. Sem ela, provavelmente a liberdade não teria se tornado a verdade dos tempos modernos. Para que as relações sociais modernas de produção viessem a se tornar algo natural, a adquirir o automatismo que lhe transmitiu uma força irresistível, foi imprescindível que os interesses que as representavam elaborassem uma doutrina convincente a respeito de como os homens deviam se comportar para que as suas ações redundassem em algo útil.

Por falar em “natural”, conceito fundamental da nova ciência, façamos uma breve consideração a seu respeito. Poucos conceitos a Economia Política usou tanto como este em seu afã de demonstrar que o mundo aristocrático já tinha, há muito, abandonado qualquer projeto progressista para a sociedade. Como a nova ciência entendia que era da natureza humana a luta por melhores condições de vida, pelo progresso e crescimento da riqueza, ela concluía que os governos que representavam a aristocracia não agiam de acordo com a natureza. O indivíduo de Adam Smith que tinha *uma propensão natural a trocar, permutar e barganhar*⁵ é produto do afrouxamento de certos laços feudais

⁵ O leitor talvez se surpreenda como um sábio do porte de Adam Smith tenha definido de modo tão prosaico a natureza humana. Aristóteles, pelo menos, deu maior dignidade ao homem ao defini-lo como um animal político. Seria engano interpretar tão apressadamente a definição de sociedade de Adam Smith. Só o contexto histórico pode explicar porque tanto Aristóteles definiu daquele modo a natureza humana e Adam Smith de modo aparentemente tão diferente. No fundo, as definições de um e de outro mantêm uma semelhança muito grande. O indivíduo de Adam Smith só pode existir se ele encontrar um outro indivíduo que troque com ele o produto do seu trabalho. Não sem razão ele vê nessa necessidade aquilo que existe de natural na existência dos homens. Essa dependência que um indivíduo tem do trabalho do outro torna necessária a existência da sociedade.

e do rompimento de certas cadeias que aprisionaram o trabalhador à servidão. Cumpridas essas tarefas políticas, as mais diferentes manifestações doutrinárias que se constituíram ao longo dos séculos XVI e XVII estavam prontas para, no século seguinte, ganhar status lógico de ciência. Os elementos sociais que vão permitir o surgimento de uma nova ciência já estavam razoavelmente constituídos.

Nosso propósito é tratar este fenômeno teórico chamado de Economia Política como uma página já virada da história. Se hoje os seus princípios podem soar como algo estranho e as tentativas de encaminhar soluções para os problemas sociais pareçam não poder ser formulados cientificamente como Adam Smith os concebeu, nem por isso ela deixou de ter o seu momento de grandeza por ter sido precisamente uma força capaz de contribuir para derrubar uma antiga civilização milenar. O que ela representou, em certo momento, foi precisamente aquela força que apontava um caminho civilizador para a sociedade humana, que se encontrava sem energia para se reproduzir enquanto tal.⁶ Sua proposta só tomou verdadeira forma científica no momento em que lançou a ideia de renovação da sociedade. Quando a Economia Política entendeu que valia a pena destruir a velha ordem social, e que só assim seria possível criar novas formas de convivência entre os indivíduos, neste mesmo momento estavam se constituindo elementos na sociedade que permitiam que se formasse também um corpo científico sintonizado com as novas necessidades.

Se alguma diferença podemos ver entre Aristóteles e Adam Smith é que o primeiro partia, como ele próprio dizia, do todo, da sociedade, e definia, por consequência, o indivíduo. Adam Smith parte do indivíduo, mas nem por isso deixa de concluir que a sociedade é a condição da sua existência. Animal político, portanto.

⁶ Os economistas políticos tinham presente o marasmo que tomou conta de Portugal e Espanha. Adam Smith dizia que Portugal e Espanha tinham acabado com o feudalismo mas não tinham posto nada de melhor em seu lugar. O leitor poderá ter em mente tanto o Lazarillo de Tormes como Dom Quixote e o livro de Cadalso, onde encontrará um testemunho do desprezo pelas atividades produtivas que tomou conta da Espanha. Antonio Vieira quis salvar Portugal da decadência propondo o retorno dos judeus às atividades comerciais das quais tinham sido afastados com o uso da violência. Por essa sua atitude, Vieira foi processado pelo Tribunal da Santa Inquisição. O grande economista político, Ricardo, e o grande Espinosa eram descendentes de judeus expulsos da Península Ibérica.

Não foram poucas as vezes em que o papel desses cientistas, os economistas políticos, foi tratado como missão. James Mill, amigo de Ricardo, se pôs a tarefa de fazer com que este escrevesse uma obra, que depois veio a ser *Os Princípios de Economia Política*, destinada a ensinar aos governantes as leis capazes de proporcionar a felicidade ao gênero humano. Em carta que escreve a Ricardo, Mill põe em evidência um aspecto muito pouco convencional quando menciona este assunto um tanto ou quanto imerso em mistérios e sutilezas que é a ciência:

“Estou, contudo, convencido de que podeis não somente gozar desta reputação, mas também aperfeiçoar significativamente uma ciência da qual depende, em alto grau, a felicidade humana; em verdade, podeis aperfeiçoá-la muito mais do que qualquer outra pessoa que esteja dedicando sua atenção a ela, ou que venha a fazê-lo, pois o Senhor sabe há quantos anos. Minha amizade por vós, pela humanidade e pela ciência instam-me a não lhe dar sossego até que estejais mergulhado, da cabeça aos pés, na economia política”. [Carta n° 109, vol.VI, p. 252]

Embora os fundamentos da ciência econômica já estivessem amplamente estabelecidos com a publicação da *Riqueza das Nações*, em 1776, prosseguia, não obstante isto, intensa a pesquisa dos fenômenos sociais e políticos. Em seu *Esquisse*, Condorcet faz uma profunda reflexão sobre a complexidade teórica e prática da Economia Política. Não lhe escapam, sobretudo, os elementos constitutivos da nova ciência. Nova, porque os elementos que a constituem só recentemente se formaram. E nova, também, porque só recentemente se tinham intensificado as pesquisas que apontavam a necessidade de organizar de modo diferente a vida em sociedade, isto porque começava a ficar claro não ser mais possível conviver com os desmandos criados com os privilégios das antigas classes sociais.

“A ciência econômica ainda não existia; os governantes não se importavam com o número de pessoas que existiam, mas com o número de soldados; as finanças não eram senão a arte de pilhar os povos sem que estes chegassem a se revoltar; e os governos só se ocupavam do comércio para sufocá-lo com impostos, para estorvá-lo com privilégios ou disputar com ele o monopólio.”⁷

Não é sem uma certa perplexidade que Condorcet vê a constituição da nova sociedade. Não é porque corresponda à natureza, como ensinavam sobretudo os economistas políticos ingleses⁸, que esta nova forma dos homens se relacionar não possa conter, ela própria, elementos conflituosos. Nada mais natural, e porque não dizer, inocente, do que um pingo d’água, mas todos sabemos, e reza o ditado, que água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. O nosso mundo – o mundo que os grandes descobrimentos e viagens transcontinentais criou – tem como natureza o conflito. A Economia Política sabe que a relação social que ela preconiza como natural não elimina o conflito, mas nem por isso ela deixa de exaltar esta relação como capaz de possibilitar um entendimento entre os homens que as relações feudais tornaram irrealizável. A Economia Política sabe que só quando confrontada com os abusos, desmandos e descaminhos das monarquias europeias é que a sua afirmação da existência de uma “ordem natural” ganha pleno sentido. Fora desse contexto, ela seria uma expressão vazia de conteúdo.

⁷ Condorcet, *Esquisse d’un Tableau Historique des Progrès de l’Esprit Humain*, Editions Sociales, Paris, 1971, p. 191.

⁸ Sob esse aspecto é muito interessante observar a diferença entre os economistas políticos franceses e ingleses. O aspecto histórico da transformação da Europa, a necessidade de se destruir as bases da antiga sociedade e criar novos fundamentos, é algo que fica muito mais claro entre os economistas políticos franceses. Para afirmar a necessidade de tornar o trabalho útil, os franceses cunharam a expressão *non-valeur*, que se confundia com o modo de produzir próprio dos elementos sociais decadentes, e exaltava a necessidade de que o trabalho não se perdesse inutilmente, mas tivesse *valeur*. Em resumo, *valeur* é uma época, *non-valeur* é outra.

Ferdinando Galiani, um humanista e tanto

“Como nesta espantosa variedade de trabalhos e de produtos, de necessidades e de recursos, nesta assustadora complicação de interesses que ligam, ao conjunto todo da sociedade, a substância e o bem-estar de um indivíduo isolado; que o torna dependente de todos os acidentes da natureza, de todos os acontecimentos da política; que estende, de algum modo, a todo o globo seu poder de experimentar as benesses ou as privações; como, nesse caos aparente, o que se vê, mercê de uma lei geral do mundo moral, são os esforços de cada um, em seu próprio benefício, servir ao bem-estar de todos, e, apesar, do choque externo dos interesses opostos, o interesse comum exigir que cada um entenda o seu próprio e possa procurá-lo livremente.”⁹

O entendimento da natureza das novas relações sociais foi objeto das mais diferentes indagações. Pondo em dúvida a finalidade das rápidas e profundas transformações de toda ordem que estavam se dando no mundo europeu com a descoberta de novos continentes e novas terras, Raynal, ao perguntar se elas vêm em benefício do homem, não deixa de fazer uma pergunta incômoda. Também incômoda a ironia profunda de Voltaire em seu *Homem dos Quarenta Escudos*, onde deixa a nu certas incoerências dos fisiocratas. Longe de Adam Smith estava a ideia de certezas indiscutíveis. O aristocratizante Linguet, em *Théorie des Lois Civiles*, não vê senão aspectos negativos nas novas relações que estavam se impondo em toda a Europa.

Perplexo com a profundidade das transformações iniciadas com as grandes navegações, Raynal expressou as suas inquietações a respeito dos benefícios que elas poderiam trazer para os homens. Ele se perguntava se as revoluções havidas desde o século XV não tinham apenas um fim em si mesmas:

“Tudo mudou e deve, ainda, mudar. Mas as revoluções passadas e aquelas que ainda virão, serão elas úteis

⁹ Condorcet, *Esquisse...*, p. 209.

à natureza humana? O homem receberá delas um dia mais tranquilidade, felicidade e prazer? Sua situação será melhor, ou somente mudará?”¹⁰

Após passar em revista os resultados dessas transformações e sua própria inserção no turbilhão de novidades que elas propiciaram, Raynal, entre a dúvida e o otimismo, assim se manifesta sobre sua própria pergunta:

“...vendo, a meus pés, esses belos países onde florescem as ciências e as artes, e que por muito tempo estiveram ocupadas pelas trevas e pela barbárie, eu me perguntei: quem fundou essas cidades? quem é que reuniu, vestiu, civilizou esses povos? e então as vozes dos homens esclarecidos desses mesmos países me responderam: foi o comércio, foi o comércio.”¹¹

Incomodado com o simplismo dos que exaltam, com tons amenos, o surgir de novas relações sociais e de novas classes, Voltaire cria um personagem cheio de inquietações a respeito de sua real situação.

Em outro escrito famoso, *Le Siècle de Louis XIV*, de 1737, o historiador Voltaire estabelece as regras que devem prevalecer entre as classes da nova sociedade, ou seja, ele anuncia um dos princípios básicos da Economia Política:

“O trabalhador manual, operário, deve ser reduzido ao necessário para trabalhar: é assim a natureza do homem. É forçoso que esse grande número de homens seja pobre, mas não é necessário que seja miserável.”¹²

¹⁰ G. Th. Raynal, *Histoire philosophique & politique des Deux Indes*, FM/ La Découverte, Avertissement et choix des textes par Yves Benot, Paris, 1981, p. 13.

¹¹ Raynal, *Histoire philosophique...*, p. 15.

¹² Voltaire, *Le Siècle de Louis XIV*, Garnier-Flammarion, Paris, 1966, t. II, p. 37, cap. XXX.

Do outro lado da Mancha, Adam Smith mostra, em seu estado mais puro, um ser que já fez do comércio o seu sopro vital. Ao discorrer sobre aquela que é, talvez, a sua mais famosa invenção, *a propensão natural a trocar*, Adam Smith assim fala da natureza e das qualidades do novo homem, um indivíduo que só espera da vida aquilo que ele próprio for capaz de, com sua ação, realizar:

“Um homem, ao contrário, tem necessidade quase permanente da ajuda de seus semelhantes, muito embora não deva esperar obtê-la apenas da benevolência deles. Com muito mais probabilidade ele será bem sucedido se conseguir incitar o egoísmo deles em seu próprio favor, e mostrar-lhes que é do interesse deles fazer para ele o que ele lhes solicita. Quando uma pessoa propõe a outra uma barganha de qualquer tipo, na verdade ela lhe propõe o seguinte: “Dá-me o que eu preciso e terás o que precisas”. Este é o único significado de toda e qualquer proposta. É este o modo como obtemos uns dos outros a parte mais significativa daqueles bons ofícios de que necessitamos. Não é da boa vontade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que depende o nosso jantar, mas do interesse deles. Nós nos dirigimos, não à humanidade deles, mas ao seu egoísmo, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas de suas vantagens.”

Este ser, que passa agora a ser o centro do mundo – e que não tem o mundo como algo já previamente dado, mas que somente o terá se o fizer –, já tinha sido magnificamente traçado por Pico della Mirandola. Depois de se fazer a pergunta a respeito de que coisa era mais notável no cenário do mundo, imediatamente ele responde não haver outra senão o próprio homem. Pico della Mirandola pinta o retrato do homem que está nascendo em meio à dissolução das relações sociais, políticas e religiosas do mundo medieval. Este é o homem que estará na base dos princípios da Economia Política. Vejamos o que diz Pico della Mirandola:

*“Decretou então o ótimo Artífice que àquele ao qual nada de próprio pudera dar, tivesse como privativo tudo quanto fora partilhado por cada um dos demais. Assim, pois, tomou o homem, essa obra de tipo indefinido, e tendo-o colocado no centro do universo, falou-lhe nestes termos: “A ti, ó Adão, não te temos dado nem uma sede determinada, nem um aspecto peculiar, nem um múnus singular precisamente para que o lugar, a imagem e as tarefas que reclamas para ti, tudo isso tenhas e realizes, mas pelo mérito de tua vontade e livre consentimento. As outras criaturas já foram prefixadas em sua constituição pelas leis por nós estatuídas. Tu, porém, não estás coarctado por amarra nenhuma. Antes, pela decisão do arbítrio, em cujas mãos te depositei, hás de predeterminar a tua complexão pessoal. Eu te coloquei no centro do mundo, a fim de poderes inspecionar, daí, de todos os lados, da maneira mais cômoda, tudo que existe. Não te fizemos nem celeste, nem terreno, mortal ou imortal, de modo que assim, tu, por ti mesmo, qual modelador e escultor da própria imagem, segundo tua preferência e, por conseguinte, para tua glória, possas retratar a forma que gostarias de ostentar. Poderás descer ao nível dos seres baixos e embrutecidos; poderás, ao invés, por livre escolha de tua alma, subir aos patamares superiores que são divinos”.*¹³

Tanto Quesnay quanto Condorcet postulam que a ciência teológica não constitui mais o saber capaz de dar conta da complexidade dos problemas que a humanidade criou para si mesma.¹⁴ Agora, o recurso às luzes divinas não constitui um método seguro para se poder avaliar as coisas deste mundo. As questões humanas passaram a constituir um desafio a ser enfrentado, e este desafio passa a ser objeto de investigação por parte da ciência humana. E a questão humana a ser pesquisada em primeiro lugar era a ação humana, ou seja, aquela atividade capaz de permitir ao indivíduo prover a sua existência, isto é, o trabalho.

¹³ Pico della Mirandola, *A Dignidade do Homem*, Trad. de Luiz Feracine, Edições GRD, SP., 1988, p. 6.

¹⁴ “Tout est assujetti ici-bas aux lois de la nature: les hommes sont doués de l’intelligence nécessaire pour les connaître et les observer; mais la multiplicité des objets exige de grands combinaisons qui forment le fond d’une science évidente fort étendue, dont l’étude est indispensable pour éviter les méprises dans la pratique”(p.51)

Para todos os efeitos, era este que vinha em primeiro lugar. Para a nova ciência, todas as manifestações, individuais e sociais, tinham como medida o trabalho. Veremos, por exemplo, como grande parte do esforço teórico de Galiani, e não só dele, mas de Barbon, de Boisguilbert, e de Benjamin Franklin, se reduz à tarefa de demonstrar que a moeda não tem uma existência independente do trabalho que cria os produtos necessários à existência dos homens e que a criação da moeda, sua quantidade e a velocidade com a qual ela circula são elementos que dependem da quantidade dos objetos produzidos e do grau de necessidade que os indivíduos têm deles.

Este esforço por substituir ideias que tinham sido dominantes por mais de um milênio imprime à Economia Política um caráter pedagógico. Uma nova classe precisa ensinar-se a si mesma a defender os seus interesses, que são novos, e a distingui-los dos interesses consagrados pelos hábitos e por uma moral igualmente consagrada. Uma nova ética só se impõe se ela constrói para si um corpo teórico condizente com as novas necessidades. Este papel coube à Economia Política. Era preciso ter clareza a respeito da diferença entre o sistema de vida que se propugnava e a ordem social dominante.

Condorcet vê a Economia Política como a luta de determinadas forças (liberdade, razão, igualdade) contra o regime de opressão do protecionismo feudal:

“Esse sistema tão simples, que colocava no desfrute de uma liberdade infinita os estímulos mais seguros ao comércio e à indústria, que tornava os povos livres do flagelo destruidor e do jugo humilhante desses impostos distribuídos tão desigualmente, arrecadados com tamanha despesa, e, frequentemente, com tanta barbárie, pretendia pôr em seu lugar uma contribuição justa igual e quase insensível; essa teoria, que ligava o verdadeiro poder e riqueza das Nações ao bem-estar dos indivíduos e ao respeito pelas leis; que unia, pelos laços de uma felicidade comum, as diferentes classes nas quais essas sociedades se dividem naturalmente; essa

ideia tão confortante para a fraternidade do gênero humano, cuja doce harmonia não deveria ser mais perturbada por qualquer interesse nacional; esses princípios, que seduzem por sua generosidade e por sua simplicidade e seu alcance, foram propagados com entusiasmo pelos economistas franceses. Seu sucesso foi menos imediato e menos geral do que o dos filósofos; eles deviam combater preconceitos menos grosseiros, erros menos sutis. Tinham de esclarecer antes de dissipar o erro e instruir o bom senso antes mesmo de tomá-lo como juiz.

Mas se não conseguiram atrair para o conjunto de sua doutrina senão um pequeno número de partidários; se causaram certo temor com a generalização de suas máximas, com a inflexibilidade de seus princípios; se é verdade que eles próprios prejudicaram a sua própria causa por simular uma linguagem obscura e dogmática, dando a impressão de subestimar, em nome dos interesses da liberdade comercial, a liberdade política; ao divulgar, de maneira excessivamente absoluta e magistral, alguns aspectos de seu sistema de modo pouco profundo, eles conseguiram, pelo menos, tornar odiosa e desprezível esta política frouxa, astuciosa e corrompida, que fazia depender a prosperidade de uma nação do empobrecimento de seus vizinhos, da visão estreita de um regime de proibições, de pequenas combinações de um sistema tributário tirânico.”¹⁵

É neste quadro geral que se insere o tratado sobre a moeda de Galiani.

Quando Ferdinando Galiani publicou o *Da Moeda*, em 1750, ele tinha apenas 21 anos. O livro apareceu, inicialmente, sem o nome do autor. Temia que a reação do público fosse negativa ao saber de um jovem de apenas 21 que se aventurara a tratar de um assunto considerado tão árido e que exigia uma longa experiência e maturidade que só uma idade mais avançada permite ter. Galiani só se declarou seu autor quando o público reconheceu a importância do seu trabalho.

¹⁵ Concorcet, *Esquisses...*, p. 218/9.

Não foi como economista – no sentido moderno da palavra – que Galiani escreveu o *Da Moeda*. Esta afirmação é válida para praticamente todos os economistas políticos. Filósofo é o termo que mais se aproxima daquilo que foram quase todos eles. Enquanto profissionais, eles se dedicaram às mais diversas atividades. Quesnay era médico, Adam Smith, professor de filosofia e, no final da vida, trabalhou como funcionário da alfândega. Creio que se fossem perguntados como classificariam seus escritos, não titubeariam em pô-los na categoria de tratados políticos.

Uma questão fundamental deve, aqui, ser referida. Os economistas políticos e os iluministas franceses adquirem, a partir de meados do século XVIII, uma consciência muito clara de que a construção de uma nova sociedade passa pela destruição da antiga. Este é o cenário em que Galiani vai atuar. Ler o *Da Moeda* de Galiani significa participar desse confronto entre duas civilizações. Significa, também, imiscuir-se nos lances que iriam decidir os destinos da civilização humana nesta nova fase histórica.

O leitor tem o direito de saber qual era o propósito de Galiani com sua obra. Afinal de contas, mesmo na sua época, eram frequentes as críticas que partiam daqueles que viam nos escritos sobre assuntos financeiros uma mixórdia de afirmações ininteligíveis. Por isso mesmo o verbete *Finances* da *Encyclopédie* de Diderot reivindicava que os autores de escritos sobre matéria financeira revelassem sobre que bases sociais e políticas se assentavam as questões financeiras. Postulava que a inteligibilidade dos assuntos financeiros só se dava com a explicitação dos seus componentes humanos. Não por outra razão é este o lado forte do tratado de Galiani sobre a moeda.

Marx dizia que os economistas políticos foram os historiadores de determinada época histórica. Essa afirmação, partindo de quem, como ele, concebia que *não existe outra ciência senão a ciência da história*, tem um peso e tanto. Soaria talvez estranho, aos ouvidos de hoje,

afirmar que o livro de Galiani não é senão um tratado de política no sentido mais rigoroso do termo. É importante mencionar aqui o que o próprio Galiani pensa a respeito dos seus propósitos:

“E para dizer a verdade, foi esta a principal, senão a única razão que persuadiu Galiani a escrever a presente obra, na qual o leitor atento irá perceber que, tomada a moeda como ponto de partida, se discute toda a economia dos Estados, e desse nosso [Nápoles] em particular”. [p. 43]

Num contexto histórico marcado pelas divergências ideológicas, Galiani afirma a sua convicção de estar realizando uma obra útil e denuncia aqueles que ignoram ou desrespeitam essa exigência:

“É coisa inacreditável e bastante difícil de explicar por que certos homens, que cultivavam o espírito e desejavam merecer a fama de sábios e virtuosos, se tenham tornado quase todos inúteis à sociedade, uma vez que, de certa maneira isolados dela, se dedicaram a estudos e a um gênero de vida que podiam trazer a eles bem pouca utilidade e aos outros, nenhuma. E é mais incrível ainda que tenham sido louvados e admirados por todos justamente por essa razão, quando, na realidade, mereceriam ser censurados e desprezados. Consequência de tal fato é que muitas das ciências mais necessárias foram completamente abandonadas ou menosprezadas”. [p. 47]

Por essa razão, ele entende que o seu livro se pauta pelo atendimento aos reclamos mais prementes de sua época. Denomina, portanto, o saber em que ela se funda de “ciência útil”. Categórico quanto a esse aspecto, ele afirma:

“A linguagem hermética é um engrandecimento enganoso de coisas pueris; e por isso não serve para mim, que trato de uma matéria séria e útil.” [...] “Queira o Céu

Ferdinando Galiani, um humanista e tanto

que possa tornar-me tão útil que minhas infinitas obrigações para com estas venham a ser, pelo menos em parte, satisfeitas.”[p. 50]

Este é um ponto que requer algum esclarecimento. Não era formal a distinção entre ciência útil e saber inútil. Poderíamos indagar do critério capaz de aferir a utilidade e inutilidade do saber. Não há tratado de lógica que possa chegar a uma conclusão convincente a esse respeito, por mais que recorramos a todo e qualquer tipo de silogismos. A solução do problema nos remete a outra esfera do saber: à história. Não queremos dizer que o julgamento histórico não possa, ele próprio, estar eivado de erros. Quando Galiani escreve o seu tratado, as exigências práticas superavam todas as demais. A avaliação prática daquilo que se doutrinava era percebida quase que imediatamente. As soluções para os problemas práticos colocados à sociedade podiam ser julgadas por seus resultados, os quais, frequentemente, não se faziam esperar. Uma medida favorável ao livre trânsito de mercadorias entre países, ou regiões de um mesmo país, tinha efeitos imediatos, pois, frequentemente, ela vinha em resposta a exigências de longa data não atendidas. A remoção de um determinado obstáculo ao livre comércio não tardava em revelar seus resultados úteis. Portanto, a ciência que se empenhava em demonstrar a necessidade da eliminação de barreiras, de obstáculos, de proteções de todo tipo a determinados grupos, não precisava de outro julgamento para atestar a sua utilidade senão o resultado que se obtinha com aquilo que ela preconizava. Não seria demasiado lembrar aqui que o benefício ou utilidade da eliminação de qualquer obstáculo ou proteção comercial não significavam senão a perda de posição política e social para determinados grupos sociais e, por esta razão, e ao mesmo tempo, o fortalecimento do poder político de outros grupos. O conceito de “ciência útil” expunha uma das facetas da luta que travavam as classes naquele momento. Alguém poderia perguntar – como fizera Raynal – se não se tratava simplesmente de uma luta pelo

poder como qualquer outra, e não, como propalaram os economistas políticos, de uma melhoria na vida do homem. A resposta poderia ser *sim* e *não*. O que temos como certo, nesses casos, é que a luta de classes, à qual cabe definir os rumos e as bases do conhecimento em determinado contexto histórico, tem sido a forma que assume a história quando se trata de eliminar os empecilhos à realização do destino social do homem. Este tem sido, na verdade, o único critério capaz de definir com razoável clareza o que é *bom* e o que é *mau* para a humanidade. As classes sociais – é bom que esse aspecto da questão fique bem claro – têm sido a forma concreta de manifestação da vida humana, pelo menos desde a Antigüidade grega e romana. E é evidente que o que é bom, em determinado momento, é muito melhor para as classes dominantes do que para as outras classes. Mas o que importa considerar é que a liberdade do comércio, por exemplo, embora trouxesse um benefício mais visível para os próprios comerciantes, não deixava de ser a forma, encontrada no processo de luta, para que a sociedade superasse os entraves a sua própria existência. Que esse aspecto da solução das dificuldades vividas por todas as classes naquele momento tenha provocado uma reação cética por parte de muitos pensadores, isto também é parte integrante de um processo que comportava muitas incertezas sobre as soluções que as classes sociais iam encontrando e impondo.

É nesse contexto, me parece, que cabe discutir o significado de “ciência ativa” em Bacon, de “bom senso” em Descartes, e de “ciência útil” entre os economistas políticos. Essas três denominações têm um significado muito semelhante quando consideramos o contexto histórico das grandes transformações que se deram nos séculos XVI, XVII e XVIII. Essas grandes transformações significaram, em primeiro lugar, o surgimento de novas classes sociais e, simultaneamente ao nascimento dessas novas classes, a derrocada das classes que, neste momento, defendiam interesses que passaram a contrariar a sobrevivência do homem em sociedade.

Nesse conjunto de ideias, que estamos expondo, onde fica o napolitano Ferdinando Galiani com seu tratado sobre a moeda? Se disséssemos que Galiani é um representante da burguesia, talvez o estivéssemos caracterizando do modo mais completo possível, mas também poderíamos incorrer em algum tipo de simplificação decorrente da popularização a que o termo “burguês” foi submetido por um longo período. Este termo entrou no século XX trazido, dos séculos anteriores, pelo marxismo. Sua popularização exigiu, necessariamente, um bom grau de simplificação do seu significado histórico. Toda vez que uma concepção científica atinge a massa do povo, os seus meandros teóricos sofrem alterações significativas. Todas as grandes doutrinas religiosas têm passado por esse purgatório.

Mas já é hora de voltarmos à pergunta que fizemos a respeito do papel que desempenhou a obra de Galiani.

O ano em que foi publicado o *Da Moeda* pode ser considerado como extremamente significativo no conjunto das transformações de toda ordem que estavam acontecendo no mundo europeu e em parte do Continente americano. Poderíamos dizer que, rigorosamente, a balança social já tinha pendido para o lado de uma nova conformação social em boa parte das nações europeias. Na França, já era irreversível o processo que desembocaria numa revolução de proporções mundiais. Na Inglaterra já despontavam transformações, preparadas de longa data, capazes de subverter o uso das forças produtivas. Com a entrada em cena da máquina e do uso mecânico da natureza, as antigas classes trabalhadoras irão sofrer um golpe mortal. É tão profunda a transformação social nas classes que compunham a nação inglesa, que, referindo-se a vários segmentos das classes trabalhadoras, Arthur Young diz que o que menos interessa são os próprios homens. [Ver Mantoux para fazer nota] A reviravolta social e política que vive a Inglaterra neste século XVIII sacode todas as classes sociais. Uma transformação tão profunda no instrumento de trabalho e o uso da energia natural para pô-lo em movimento, redireciona totalmente

as funções sociais. As velhas classes perecem, ainda que muitos dos indivíduos que as compõem se acomodem à nova situação. O novo instrumento de trabalho, a máquina a vapor, é um instrumento tão poderoso para potencializar o trabalho quanto onipotente para confirmar a liquidação das velhas classes sociais. O entusiasmo que ele produzia ao “liberar” o trabalho manual silenciava qualquer reação por parte daqueles que, ao mesmo tempo, perdiam sua condição social, o seu ganha-pão.

Do outro lado da Mancha, um potente instrumento, desta feita teórico, solapava as bases doutrinárias sobre as quais repousava a velha sociedade francesa. É a Enciclopédia de D’Alembert e Diderot. A Enciclopédia revê todos os velhos conceitos que explicavam e justificavam a existência da sociedade regida por memoráveis monarquias. A Enciclopédia não é só a preparação da revolução que eclode em 1789. Ela própria é uma profunda revolução em todos os sentidos. Com a Enciclopédia, a França não é a mesma. Tendo como modelo as transformações que estão ocorrendo na Inglaterra e refletindo as necessidades novas que surgem a todo o momento em território francês e por toda a Europa, a Enciclopédia torna impossível a reprodução da velha sociedade francesa nos moldes da monarquia absolutista e de direito divino. Tome-se um qualquer verbete desse monumento do espírito humano, e se verá, nele impressa, a ideia obsessiva de redefinir todas as relações e todas as coisas segundo um critério que demonstre a necessidade de dirigir as forças sociais de um modo diferente daquele que tinha prevalecido até então. As vantagens das novas formas do trabalho são mostradas e exaltadas a todo momento e usando todo tipo de pretexto. A Enciclopédia cuida de mostrar que é muito mais vantajoso instaurar um novo modo de viver e abandonar os costumes consagrados pela velha ordem social. Este princípio dá os fundamentos para o corpo teórico que sustenta a Enciclopédia, do primeiro ao último verbete. Sua redação não obedece aos cânones gramaticais

e estilísticos do passado. A exaltação da necessidade de encarar as novas tarefas com novos métodos constitui o substrato doutrinário do monumento que Diderot ergueu à memória da humanidade.

Os economistas políticos, na Inglaterra, e os iluministas, na França, realizam o trabalho teórico, requerido pelas grandes transformações sociais, para derrubar as velhas classes sociais.

Este papel explica em grande parte a obra de Galiani.

É isto que passaremos a considerar daqui por diante. Tomemos, em primeiro lugar, a definição que Galiani dá de riqueza. Para Galiani, o homem vem em primeiro lugar. Para ele, *a verdadeira riqueza é o homem*.¹⁶ Podemos identificar na definição de riqueza de Galiani um velho hábito, talvez, e porque não dizer, uma velha conquista da humanidade, esta que procura ir à raiz das questões quando se trata de definir problemas cruciais. Aristóteles já o tinha feito quando pôs no centro da sua sociedade aquele ser que, com sua ação, resumia tudo. O poeta Terêncio lapidou uma sentença que se tornou imortal: “sou humano, e nada do que é humano me é estranho.” Já nos referimos ao feito de Pico della Mirandola ao fazer de Adão um indivíduo ativo, capaz de iniciar uma vida com base em novos fundamentos: a sua ação. Bacon põe em grande destaque este ser que está na raiz de tudo o que é humano ao abrir o seu *Novum Organum* dessa maneira: “O Homem, ministro e intérprete da natureza...”. Buffon, um dos membros mais ativos dessa plêiade chamada de iluministas, cunhou uma definição imortal sobre o estilo:

¹⁶ “Do que foi dito até agora pode-se concluir que a moeda, utilíssima como o sangue no organismo do Estado, deve ser mantida dentro de certos limites, proporcionais às veias pelas quais corre; e se aumentar ou diminuir além desses limites, torna-se mortal para o organismo que ela sustentava. Os príncipes não devem, portanto, acumulá-la indefinidamente ou entesourá-la. O que deve ser exclusivamente objeto de sua justa ambição, como verdadeira riqueza, é o homem, criatura que merece ser amada e considerada por seus semelhantes muito mais do que se tem feito. Somente o homem, quando em grande número, faz prosperar um país.” F. Galiani, *Da Moeda*, trad. de Marzia Vicentini, Eds. Segesta e Musa, S.P., 2000, p. 174.

le style est l'homme même. Em sua monumental *Histoire Naturelle*, o homem é o ponto de partida e de chegada, e não aquele que descreve ou contempla os fenômenos da natureza. A este respeito, não seria demais reproduzir aqui o que o grande Diderot escreve sobre o homem:

*“Uma consideração, sobretudo, que não se deve perder de vista, é que, se se elimina da superfície da terra o homem ou o ser pensante e contemplador, esse espetáculo patético e sublime da natureza passa a não ser senão uma cena triste e muda. O universo se cala; o silêncio e a noite caem sobre ele. Tudo vira uma vasta solidão onde os fenômenos não observados se passam de uma maneira obscura e surda. É a presença do homem que torna interessante a existência dos seres. Que podemos propor de melhor na história desses seres do que nos submeter a essa consideração?”*¹⁷

Desde 1615, ano em que Montchrétien escreve o primeiro tratado que leva o nome de Economia Política, muitas outras obras trouxeram a sua contribuição à discussão sobre os mais diferentes aspectos da produção da riqueza. Aos tratados que podemos chamar propriamente de Economia Política coube o papel de definir, com clareza e distinção, a atuação das novas forças sociais. Durante o período que vai do aparecimento do tratado de Montchrétien até 1750 se afirma sobretudo a necessidade de não continuar repetindo velhos procedimentos produtivos. Ainda não se definiu claramente qual é a ação própria das novas forças, isto porque elas estão apenas começando a despontar como tais.

Em 1750 começa a ser publicada a Enciclopédia. Nesta metade do século XVIII está em curso uma revolução global em toda a sociedade ocidental. Tanto no terreno da política, como no mundo das ideias, nada está destinado a permanecer onde esteve nos últimos séculos. Em 1759

¹⁷ *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisoné des Sciences, des arts et des métiers*, vol. 2, p. 51/2. Garnier-Flammarion, Paris, 1986.

os jesuítas são expulsos de Portugal. Até Portugal, por iniciativa do todo-poderoso ministro Pombal, tenta, neste momento, sair do marasmo em que estivera metido nos dois últimos séculos. A sociedade europeia é toda ela um caldeirão em ebulição.

Século das Luzes, ou Século de Voltaire, são expressões que dão bem a ideia da fermentação ideológica em que vive o Continente europeu. As ideias que este século engendra derramam por todo o mundo uma sapiência irresistivelmente sedutora. Voltaire se tornou conselheiro de Frederico II, que, por ironia da história, veio a ser cognominado de déspota esclarecido. Diderot, por sua vez, se tornou eminência parda – à distância, evidentemente – junto à grande Catarina da Rússia. Redigiu, para ela, uma constituição que continha os elementos políticos do direito burguês a serem aplicados à Rússia feudal.¹⁸

Dar à moeda livre circulação e torná-la livre dos empecilhos que as infinitas regulamentações lhe impunham, eis uma razão mais do que forte para que Galiani inicie sua vida literária escrevendo um tratado que já contém, numa forma madura, boa parte dos conceitos fundamentais da ciência econômica. Galiani investe – com uma força que só as novas causas são capazes de gerar – contra todos os baluartes erigidos pela sociedade feudal. Com este propósito Galiani se aproxima daqueles cujas ideias representam um compromisso com as transformações sociais. Ele se tornará íntimo amigo de Diderot e se empenhará na luta que este último travava na Enciclopédia e em seus demais escritos.

As transformações que tomam conta da sociedade europeia desde os grandes descobrimentos geram uma nova espécie humana. As ações dos indivíduos que vão se desvencilhando da velha ordem social provocam indagações,

¹⁸ Este precioso escrito se chama *Observations sur l'Instruction de S.M.I. aux Deputés pour la Confection des Lois*. Ele postula, logo no início, este princípio básico da sociedade que se define, na Europa, como a forma natural da convivência política: "Il n'y a point de vrai souverain que la nation...". (Diderot, *Textes Politiques*, Préface et Notes de Yves Benot, Les Classiques du Peuple, Éditions Sociales, 1971, p. 61.)

elas também novas, sobre as necessidades que as movem. Um exame rigoroso do comportamento desses novos indivíduos, o propósito novo que os leva a se defrontarem com a velha ordem, começa a produzir um conhecimento que, ele próprio, procura não se confundir com os cânones doutrinários consagrados. Formular teoricamente as necessidades que esses indivíduos expressavam com suas ações cotidianas foi se convertendo num desafio, ele próprio teórico, que empolgou um bom número de pensadores. Para essas novas necessidades, o que se via é que as velhas concepções não tinham respostas convincentes. Descartes substituiu-as pelo *bom senso*. Galileu, ameaçado de ir para a fogueira, usou a astúcia – requisito a que todo novo saber frequentemente recorre – e postulou *que a linguagem do universo era a matemática*. O Aristóteles que, segundo Lutero, foi mais citado nos textos canônicos do que Cristo, este Aristóteles concentrou sobre si a ira da nova ciência.

Galiani tem uma clara noção de que as suas ideias sobre a moeda, ou dinheiro, expressam uma nova forma do conhecimento sobre as ações humanas. São inúmeras as vezes em que faz referência explícita a essa *nova ciência*, a Economia Política.

Em que plano Galiani discute os infinitos vaivens da circulação da moeda?

Para responder adequadamente a essa pergunta, seria bom nos reportarmos a algumas ideias básicas de Galiani. Ele pensava, como Franklin, que o comércio é a troca de trabalho por trabalho.¹⁹ Para ele, o valor de uma mercadoria é medido pela quantidade ou tempo de

¹⁹ É muito semelhante ao que afirma Franklin a respeito do comércio a passagem em que Galiani define o papel do comércio. Este diz: “A necessidade do comércio para o sustento da vida e para a obtenção da felicidade terrena é por demais conhecida, pois o comércio é filho da necessidade mútua dos homens e pode ser definido assim: *uma troca que os homens fazem entre si de seus trabalhos com vistas a suprir as necessidades comuns*.” [p. 123] Lembremos, aqui, a passagem de Franklin: “Como o comércio em geral não é outra coisa senão a troca de trabalho por trabalho, o valor de todas as coisas tem, como afirmei anteriormente, sua exata medida no trabalho”. *Modesta Investigação sobre a Natureza e Necessidade do Papel-Moeda*.

trabalho que ela contém.²⁰ Sem os produtos do trabalho, pensava ele, não poderia existir moeda. A quantidade delas e a velocidade de sua circulação deveriam expressar o grau de necessidade que os indivíduos têm dos produtos do trabalho. Como já dissemos anteriormente, para Galiani o homem vem em primeiro lugar, e a ação humana que se converte em produtos úteis para atender necessidades humanas, ou seja, o trabalho, adquire a forma de dinheiro, ou moeda, no momento em que o trabalho de um indivíduo se torna utilidade para outro indivíduo. O homem vem em primeiro lugar, e a atividade que torna real a sua existência é o trabalho. Galiani conclui, com esse giro teórico, formulando aquele princípio forjado por Locke e que se constitui no fundamento teórico de toda a Economia Política: a existência humana é dada ao homem pelo trabalho. Com esse conceito se forja uma das armas mais importantes e convincentes contra o mundo aristocrático. O homem honrado, segundo a nova ciência, é aquele que provê a sua subsistência com o trabalho. Para a aristocracia, o trabalho é uma maldição que condena o indivíduo à desonra e à servidão. Falando do fundador da Companhia de Jesus, Ludwig Marcuse caracteriza assim o que acontecia na aristocrática Espanha:

“Trezentos mil espanhóis pensavam, como ele, que toda ocupação útil era desonrosa.”²¹

Respondendo àqueles que viam no dinheiro e nos metais preciosos, especialmente no ouro, as causas dos

²⁰ “Vou falar agora do trabalho, que é o único a conferir valor às coisas, não só em relação a todas as obras que são inteiramente produtos da arte, como as pinturas, esculturas, entalhes, etc., mas também em relação a muitos bens, como os minerais, as pedras, as plantas silvestres espontâneas, etc.” [p. 83]

²¹ Ludwig Marcuse, *Inácio de Loyola, Ditador das Almas*, Livraria Editora Guimarães, Lisboa, p. 48.- Não resisto à tentação de reproduzir esse trecho, embora longo, de A Vida de Lazareto de Tormes. Na passagem que cito o pobre Lazareto está falando de um dos amos, um nobre decaído: [p. 59]

males dos homens, Galiani reconta, ao seu modo, que é cheio de bom gosto e de jocosidade, a fábula do rei Midas, que teria pedido a Baco para que tudo em que ele tocasse se convertesse em ouro. Essa lenda, como todos sabem, é relembrada sempre que se pretende mostrar o malefício intrínseco ao ouro como representação da riqueza. É sabido que Midas se expôs à morte, pois ao tocar os alimentos, esses se converteram em ouro. Galiani, espirituosamente, nos lembra que se o pedido do rei tivesse sido que tudo aquilo que ele tocasse se convertesse em pão, por exemplo, ele não ficaria em melhor situação.

A moeda, para Galiani, não é um simples pedaço de um qualquer metal. Se Galiani discute a razão do uso desse ou daquele metal como moeda, é para mostrar que o próprio metal tem o valor que a quantidade de trabalho para tirá-lo da mina, lavrá-lo e cunhá-lo lhe confere.

Essas ideias o levam a polemizar com aqueles que trataram os metais preciosos como se eles tivessem uma capacidade intrínseca de causar males à raça humana:

“Deixem que os metais e as gemas tenham o valor que têm, qualquer que seja ele. Que Horácio não grite mais:

*Joguemos no mar mais próximo
gemas e pedras preciosas, e também o inútil ouro,
causa dos piores males.”*

Se graça a esses objetos inúteis passamos, e não com pouca dificuldade, da vida selvagem, em que nos devorávamos uns aos outros, para a vida civilizada, em que vivemos em paz e comerciamos, cuidemos de não retornar agora, por causa de uma doutrina austera, àquela barbárie da qual felizmente escapamos por dádiva da Providência.”²²

Nessa passagem Galiani nos lembra o que afirmou Duarte Ribeiro de Macedo em *Sobre a Introdução das Artes*:

²² Galiani, ob. cit., p. 81

Ferdinando Galiani, um humanista e tanto

“Sem dinheiro e sem comércio poderão viver os homens – mas da mesma sorte que vivem os índios no Brasil e os negros em África: dos frutos rústicos e naturais, mas sem sociedade civil, que é o que os distingue das feras.”²³

Galiani fala de “vida civilizada” e Duarte R. de Macedo de “sociedade civil.”

Eis a questão que importava a Galiani quando ele escreveu o seu tratado sobre a Moeda. Ao tratar da moeda, Galiani não quer ser filósofo, ou seja, alguém que ignore a dimensão das coisas humanas:

“Talvez muitos filósofos me venham dizer que, embora seja verdade, como demonstrei, que o valor das gemas e das coisas raras se fundamente na natureza humana, tal valorização não deixa de parecer-lhes absurda e um ledo engano. A esses respondo que não sei se vão encontrar coisa humana que tal não lhes pareça; e dessa opinião não pretendo dissuadi-los. Mas eu gostaria que o bom filósofo, que se libertou dos enganos terrenos e, como se tivesse superado a natureza humana, se ergueu tão acima dos outros a ponto de se divertir e rir de nós pobres mortais, quando, então, abandonasse esses pensamentos e voltasse cá embaixo, e se misturasse aos outros homens (pois a isso o obrigam as necessidades da vida), gostaria, digo, de vê-lo voltar como um homem comum, e não como um filósofo.”²⁴

Além de um assunto teórico, que ele polemiza com os “filósofos”, a moeda, para Galiani, deve ser objeto de tomada de posição política por parte dos governantes por que ela dá unidade à sociedade:

²³ Duarte Ribeiro de Macedo, “Sobre a Introdução das Artes” [1675], *Antologia dos Economistas Portugueses* (Século XVII), Org. por António Sérgio, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1974, p. 167.

²⁴ Galiani, ob. cit., p. 80.

“As autoridades superiores, Senhor, são as responsáveis pelo bem comum, já que os homens, ao saírem da vida ferina e do infeliz estado de natureza e ao se organizarem em sociedade civil, de comum acordo, confiaram ao príncipe a defesa de seus direitos e lhe entregaram todo o cuidado da paz e da tranquilidade. E como o príncipe está à frente da sociedade civil e as moedas são os nervos pelos quais ela se mantém unida e vigorosa, servindo-se das forças delas para se conservar, justamente, em todos os tempos, foi reconhecido deverem ser os príncipes os supremos, justos e sábios administradores da moeda.”

Já assinalei, na Introdução à edição brasileira do *Da Moeda*, a complexidade contida na contradição entre os interesses privados e o bem comum. Segundo vimos, na passagem que citamos mais acima de Condorcet, este procura demonstrar que essa contradição é mais aparente do que real. Os economistas políticos procuraram mostrar que a melhor maneira de realizar o bem comum era dar livre curso aos interesses privados. Qualquer contradição que pudesse existir nesse processo, ele se resolvia com a eliminação de todo tipo de impedimento à realização daquilo que o indivíduo julgasse ser melhor para si mesmo. Esse último foi alçado a árbitro de suas próprias ações, pois os vícios que dominavam as instituições políticas europeias não lhes permitiam agir segundo os interesses comuns. Em sua *Fábula das Abelhas*, Mandeville dará clara preferência aos “vícios privados”. Lembrando o estilo incisivo deste último, Galiani afirma a sua convicção no papel do indivíduo:

“Pois a Providência, por seu amor infinito aos homens, forjou a ordem de todas as coisas de tal forma que, frequentemente, as nossas paixões mais mesquinhas, quase à nossa revelia, servem ao bem comum”.

Duas décadas mais tarde, Adam Smith, fazendo eco a essa tendência a se identificar no “interesse privado” a força propulsora das transformações sociais, dirá, sem qualquer temor de estar plagiando Mandeville, Galiani e

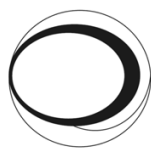
tantos outros que o precederam, que o egoísmo pode ser inteiramente social:

“Não é da boa vontade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que depende o nosso jantar, mas do interesse deles. Nós nos dirigimos, não à humanidade deles, mas ao seu egoísmo, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas de suas vantagens.”

Essa equação, a Economia Política acreditou tê-la resolvido. Vieram outros tempos, tempos pouco propícios ao indivíduo, este mesmo que a ciência econômica tanto exaltou por sua capacidade quase ilimitada de, seguindo seus próprios interesses, tornar a sociedade um corpo capaz de saber onde procurar a sua felicidade. O tempo é implacável. Importante é que aqueles que vivem a história e na história tenham suas vistas voltadas para a transformação, como é o caso do autor cuja passagem passo a citar nos lembra de maneira muito profunda:

“Todos tínhamos, com efeito, esquecido o pobre, nesta grande ilusão de deslumbramento do progresso que nos absorveu e obcecou setenta anos. Enganados pela ciência, embrulhados pelas sutilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construímos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que, aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária, se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com esse pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre! No fim destes setenta anos de martelar e de forjar, havia com efeito alguns sujeitos muito gordos e muito ricos; – mas havia uma multidão de famintos, mais famintos e maior que nenhuma que o mundo vira desde o velho patriciado romano”.²⁵

²⁵ Eça de Queiroz, “Cartas Familiares”, “viii, O Inverno em Paris”, vol. II das Obras, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1958, p. 1315/6.



SEGESTA
EDITORIA